

**ENTRE BILHETES E MEMORANDOS:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DE ACERVOS DOCUMENTAIS
RELATIVOS A RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE**

Leticia Brandt Bauer¹

Resumo: A proposta busca aproximar e relacionar dois acervos documentais relativos a Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 – 1969), primeiro diretor do atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1936. O primeiro corresponde a um recorte documental efetuado dentro do Arquivo Central do IPHAN (RJ) para conformar a Série Documentação pessoal IPHAN– Personalidades - Rodrigo Melo Franco de Andrade. O segundo corresponde ao acervo pessoal de Rodrigo Melo Franco de Andrade doado pela família à Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ) em 2003. Rodrigo permaneceu na direção do Instituto por mais de 30 anos e sua imagem está intrinsecamente ligada à construção da história e da memória do IPHAN até os dias atuais. Parte-se do pressuposto que sucessivas narrativas ao longo do tempo borraram, progressivamente, os limites entre a imagem pessoal e profissional de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo que diretor e instituição passaram sistematicamente a serem considerados sinônimos um do outro. A partir dessa consideração, propõe-se relacionar e analisar os dois conjuntos documentais, buscando identificar possíveis papéis desempenhados pelos referidos acervos na constituição de imagens relativas ao seu titular, bem como atores empenhados na seleção e organização dos mesmos.

Palavras-chave: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Acervo pessoal. Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Arquivo-Museu da Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Um Rodrigo extremamente comunicativo, irônico e generoso, cortês e preocupado acima de tudo com a amizade e o serviço público, emergirá de sua correspondência, quando for divulgada. (ANDRADE, 1973, s.p.)

Rodrigo Melo Franco de Andrade (Belo Horizonte – 1898/ Rio de Janeiro - 1969) foi nomeado diretor do então denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional²

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: leticiabbauer@gmail.com. Este artigo deriva da pesquisa realizada para a tese intitulada “O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade”, defendida em 2015 e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1936 por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas. A denominação da instituição foi modificada diversas vezes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1936-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

em 1936, quando o órgão ainda funcionava em caráter provisório. Permaneceu no cargo até 1967, quando se aposentou. Meu ponto de partida para esse texto advém do processo de pesquisa realizado durante o doutorado, no qual intentei, entre outros objetivos, localizar e explorar sucessivas operações para identificar e (con)fundir Rodrigo e o IPHAN num esforço narrativo que, não raras vezes, apresentou homem e instituição como “sinônimos um do outro” (BAUER, 2015, p. 15).

O entendimento de que Rodrigo Melo Franco de Andrade e IPHAN foram construídos narrativamente por diferentes personagens como uma amálgama forjada durante os 30 anos de atividade do diretor do órgão federal (e reforçada nos anos subsequentes) orienta a presente tentativa de pontuar algumas peculiaridades relativas às séries de dois arquivos que concentram a maior parte da documentação relacionada a Rodrigo.³ Essas séries encontram-se no Arquivo Central do IPHAN e no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, vinculado à Fundação Casa de Rui Barbosa, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Proponho, inicialmente, apresentar as especificidades de tais acervos para, em seguida, tecer algumas reflexões sobre possíveis relações entre ambos a partir de documentos que utilizei ao longo de minha pesquisa.

O Arquivo Central do IPHAN localiza-se no 8º andar do Palácio Gustavo Capanema (PGC), antiga sede do Ministério da Educação e Saúde. Mesmo andar, inclusive, onde a instituição passou a funcionar a partir de 1947. O Arquivo começou a funcionar em 1940 com o objetivo de organizar a “documentação acumulada por Rodrigo Melo Franco de Andrade”⁴, sob a coordenação de D. Clemente Silva-Nigra⁵. De acordo com as informações disponíveis

Nacional/IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1979-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ IBPC (1990-1994) (PESSÔA, 2004, p. 11). Desde 1994 denomina-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN. Utilizarei a sigla contemporânea durante todo o texto.

³ Parto do entendimento do arquivo pessoal como conjunto documental visto como meio de acesso à trajetória pessoal do titular e não como “documentação considerada capaz de ‘refletir’ o funcionamento do Estado ou as atividades de um organismo, público ou privado” (HEYMANN, 2012, p. 14). Segundo Maria Madalena Garcia, caracteriza um arquivo pessoal “documentos relativos ao estado civil e à filiação, à saúde, aos rendimentos e impostos, aos processos penais e criminais, à actividade profissional, às opiniões políticas, filosóficas e religiosas, à informação obtida sob promessa de segredo e ainda de documentos policiais e estatísticos. Todo este elenco diz respeito a documentos nominativos que contêm dados pessoais, isto é, informações sobre uma pessoa singular, identificada ou identificável (a ‘pessoa interessada’), que incluem apreciações e juízos de valor ou que são abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada” (GARCIA, 1998, p. 181).

⁴ Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

⁵ Dom Clemente da Silva-Nigra (1903-1987) foi arquivista-mor da Ordem Beneditina e atuou como perito em Belas-Artes no IPHAN a partir de 1940. Foi diretor do Museu de Arte Sacra de Salvador entre 1959 e 1972 (SILVA-NIGRA, 1991, p. 5-6).

no site do Arquivo, o acervo servia como instrumento de trabalho para os técnicos da instituição e sua organização pautava-se pela separação entre documentos escritos e iconográficos. A partir de 1946, Carlos Drummond de Andrade passou a ser o responsável pelo Arquivo, desenvolvendo um sistema diverso de classificação. O sistema por ele desenvolvido “a pedido de Rodrigo” organizou-se por dossiês relativos a cada bem tombado e área geográfica sendo que essa lógica permanece até os dias de hoje.⁶ Faço questão de ressaltar a “presença de Rodrigo” em ambas as explicações contidas na página institucional indicando, a meu ver, uma combinação de reverência, autoridade e justificativa.

A documentação do Arquivo Central divide-se em cinco grandes séries: *Tombamento, Arqueologia, Obras, Inventário e Outras Séries*. Nesta última, pesquisei, fundamentalmente, a série *Documentação pessoal IPHAN– Personalidades - Rodrigo Melo Franco de Andrade*.⁷ Especialmente no caso da série *Documentação Pessoal*, minha questão inicial era, basicamente, tentar identificar quais documentos integravam esse recorte que corresponderia à “personalidade Rodrigo” em um Arquivo onde ele, aparentemente, estava “por tudo” em função de sua longa permanência na direção da instituição. A documentação preservada no IPHAN remete, diretamente, à particularidade dos acervos documentais relativos aos homens públicos, como é o caso de Rodrigo. Ainda que o diretor não possa ser associado ao perfil de um político, é fato que sua permanência como diretor do órgão federal por mais de 30 anos converteu-o em um homem público e os acervos a ele relacionados experimentam, sem dúvida, o “meio caminho entre o político e o não político, entre o público e o privado”, conforme pondera Luciana Heymann acerca dos acervos de homens públicos (HEYMANN, 2012, p. 59).

De acordo com a pesquisa na base de dados do Arquivo Central do IPHAN, o corpo documental contempla assuntos técnico-profissionais⁸; documentos recebidos e/ou emitidos por Rodrigo Melo Franco de Andrade⁹; correspondência que trata de questões como tombamentos, pedidos de restauração e orçamento para obras, além de convites recebidos por Rodrigo Melo Franco para a participação em seminários, palestras e recebimento de títulos

⁶ Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>. Acesso: 21 mar. 2013.

⁷ Analisei algumas peculiaridades dessa documentação em artigo anterior, resultado de observações acerca de anotações, divisões e recortes do material guardado (BAUER, 2013).

⁸ Correspondência Cx.011C/ P.0017 e Cx.011B/ P.0016, Período: 01/11/1945 - 11/07/1967.

⁹ Correspondência Cx.0007,8,9/ P.0001/6. Período: 27/10/1928 - 24/01/1969.

doutor Honoris Causa, bem como parte documental que trata de seu falecimento¹⁰; artigos e textos produzidos pelo titular sobre a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional e personagens importantes da história da arte brasileira¹¹; artigos e textos produzidos em homenagem a Rodrigo e homenagens feitas após sua morte¹²; documentos sobre a trajetória profissional do titular, sua vida funcional, alguns dos títulos recebidos e comemorações dos aniversários de 20 e 30 anos do SPHAN¹³; documentação fotográfica¹⁴; movimentação bancária de Rodrigo Melo Franco no período de exercício do cargo de diretor da instituição.¹⁵ Grande parte dos documentos ali reunidos, como demonstrei ao longo da tese, criou e recriou Rodrigo Melo Franco de Andrade por meio de procedimentos de enquadramento e exclusão inerentes aos processos de monumentalização. As comemorações aos 20 e 30 anos da instituição, a concessão de títulos, edições comemorativas de aniversário e homenagens fúnebres, por exemplo, foram centrais nesse empreendimento e são numerosos na série em questão.

O Arquivo-Museu da Literatura Brasileira, por sua vez, recebeu a doação de acervo bibliográfico e arquivístico da família de Rodrigo Melo Franco de Andrade em duas etapas. Atende, nesse sentido, a uma definição bastante clara de acervo pessoal em função da proveniência do mesmo. Em 1999 foi doado um acervo com 2.944 livros, e, em 2003, documentos pessoais perfazendo 1,28 metros lineares. Esses últimos foram organizados nas séries *Correspondência pessoal*, *Produção Intelectual*, *Produção Intelectual de Terceiros*, *Produção na imprensa* e *Documentos Iconográficos*. Em relação às intenções da doação, há que se perguntar sobre a escolha da Fundação Casa de Rui Barbosa para receber biblioteca e acervo documental de Rodrigo. De acordo com as informações obtidas por email com familiares durante a elaboração da tese, a biblioteca do titular oferecia, a seu modo, testemunhos da formação de um intelectual brasileiro e sua convivência com escritores contemporâneos a ele. A biblioteca, em princípio, foi o motivo central da doação, sendo esta seguida pela correspondência.

A gama de documentos é variada e congrega cartas trocadas entre Rodrigo e parentes

¹⁰ Correspondência Cx.0009,10/ P.0007/8. Período: 1938 – 1979.

¹¹ Produção Intelectual Cx.0010/ P.0009/0011 e Cx.0011/ P.0009/11. Período: 05/02/1922 – 1978.

¹² Trabalhos de Terceiros Cx.0011a/ P.0012/13. Período: 03/05/1936 - 05/1991.

¹³ Trajetória Profissional Cx.0011B/ P.0014. Período: 14/10/1943 - 30/01/1967.

¹⁴ Fotografia Cx.0011B/ P.0015. Período: 05/1946 – 1968.

¹⁵ Documentos Pessoais Cx.0011C/ P.0018. Período: 30/07/1945 - 17/10/1965.

durante os anos de estudo na França, correspondência com amigos, bilhetes, cadernos de anotações, boletins escolares, enfim, uma tipologia documental um tanto diversa daquela que tive contato no Arquivo Central do IPHAN. Importante enfatizar que, diferentemente deste último, reúne uma quantidade expressiva de documentos anteriores a 1936. Vale a confissão de que me deixei tomar pelo “feitiço” dos arquivos pessoais mencionado por Angela de Castro Gomes nos primeiros momentos de pesquisa nesse acervo. Houve, de fato, um encanto no contato com documentos que antecediam aquele Rodrigo-monumento¹⁶ que estava tão fortemente presente no Arquivo Central do IPHAN. Parecia haver, de certa maneira, acesso ao homem não-institucionalizado, uma possibilidade de “intimidade” até então pouco experimentada. Nesse acervo, Rodrigo era “Dodô” para a irmã Vera, o “Filhinho do Coração” de sua mãe ou, ainda, interlocutor do divertido primo Cesário Alvim, que lhe denominava de “Rodriguete” ou “priminho ingrato” e iniciava cartas com “Beijo teus compridos cílios de gato preguiçoso”, anunciando o destinatário do envelope como “traquinas Rodriguinho”.¹⁷ No acervo do Arquivo-Museu também é possível encontrar alguma correspondência sobre o Instituto, a exemplo de missivas de José Mariano Filho, Renato Soeiro, Antonio Candido, Gilberto Freyre, Kurt Lange, entre outros vários correspondentes do diretor. Lá está, também, rascunhos manuscritos do livro *Velórios*, de autoria de Rodrigo, publicado em 1936.

Um texto de Drummond, publicado em 1973, quando Rodrigo completaria 75 anos, fazia menção aos seus bilhetes, onde seria possível encontrar “traços de seu espírito, modo pessoal de ser e conviver, disciplina intelectual e *humour*” [grifo no original]. No artigo, confessa o poeta: “Cedo à tentação de dar alguns flagrantes” (ANDRADE, 1973, s.p.). Alguns desses bilhetes integram o acervo da FCRB e foram interessantes para a pesquisa, pois, da mesma forma que a correspondência familiar, possibilitaram uma imagem de Rodrigo menos “dura”, por assim dizer. Parte desses bilhetes, por exemplo, girava em torno das caronas que Rodrigo e Drummond partilhavam rumo à Copacabana na saída da repartição. Rabisca Rodrigo, em 1958: “Fui levantar o moral naquele bar fronteiro, mas com o propósito de vir

¹⁶ Entendo que Rodrigo Melo Franco de Andrade foi construído como homem-monumento a partir do sentido monumentalização como evocação e perpetuação, como um legado à memória coletiva. (LE GOFF, 1994, p. 95)

¹⁷ **Carta de Vera Melo Franco de Andrade para Rodrigo M. F. de Andrade.** 5 dez. 1919. **Carta de Dália Melo Franco de Andrade para Rodrigo M. F. de Andrade.** 9 jul. 1931. **Carta de Cesário Alvim de Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade.** 20 jul. 1916. **Carta de Cesário Alvim de Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade.** 3 jun. 1916. **Carta de Cesário Alvim de Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade.** 15 jun. 1916. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

buscar você para voltarmos juntos para casa, como de costume. R.”¹⁸ Ou, ainda: “Vou levantar o moral ali em frente, antes de comparecer à inauguração do Salão de Arte Moderna. Se você não quiser descer para a pataquada, às 6^{1/2} ou às 7 menos 15 no máximo virei buscar você, para [tocarmos] juntos a Copacabana”.¹⁹ Inegavelmente, essas fontes tornaram o companheiro de quatro anos de trabalho uma figura muito mais interessante e, talvez, menos *monumental*. Vale lembrar que o traço da amizade e da informalidade esteve presente na repartição pública chefiada por Rodrigo. Busquei indicar na pesquisa que o 8º andar da sede do Ministério da Educação e Saúde pode ser entendido como um espaço de sociabilidade intelectual, definido como espaço de aprendizagem e troca intelectual, além de um espaço geográfico e afetivo (GOMES, 1996, p. 65). Esse espaço foi mediado por Rodrigo, marcado fortemente pela noção de amizade e ampliado, por vezes, para além de um lugar exclusivamente técnico, o que dotou a repartição de certa informalidade. “A porta era sempre aberta”, a repartição ficava “cheia de visitas”, parecia um “botequim da Lapa”, afirmou D. Judith Martins, secretária de Rodrigo, em entrevista concedida em 1987 (SPHAN/ FNpM, 1987, p. 7-8).

De qualquer modo, se no Arquivo Central do IPHAN é possível encontrar extratos bancários de Rodrigo e correspondência trocada com familiares, no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira também é possível encontrar questões imediatamente ligadas às lides do diretor junto ao IPHAN. Antes de explorar essa relação sob a ótica de um caso específico, gostaria de fazer alguns apontamentos acerca do processo de acumulação desses documentos.

Como bem observa a pesquisadora Luciana Heymann, a ideia da acumulação introduz a noção de intencionalidade, possibilitando “pensar os arquivos pessoais, submetidos não às injunções dos procedimentos administrativos, mas aos desígnios – nem sempre evidentes, acrescentaria – do indivíduo” (HEYMANN, 2012, p. 63). No caso do acervo privado de Rodrigo, posteriormente tornado público, é bem possível que tenhamos a figura do titular como um primeiro agente de organização. Entretanto, segundo informações da família, foi Carlos Drummond de Andrade, amigo íntimo de Rodrigo, que organizou as cartas pessoais

¹⁸ **Bilhete de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Carlos Drummond de Andrade.** 30 ago. 19[56]. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

¹⁹ **Bilhete de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Carlos Drummond de Andrade.** 30 maio 19[56]. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

após o falecimento de Rodrigo. Nesse ponto convém retomar o trecho de um texto do poeta que abre este exercício de reflexão: certo Rodrigo iria “emergir” quando sua correspondência fosse divulgada. E esse Rodrigo seria comunicativo, irônico, generoso, cortês, preocupado com a amizade e o serviço público. Intencionalidade na organização, para não dizer projeto. Ressalto que, com exceção da faceta comunicativa, menos presente dentre os adjetivos utilizados para qualificar o diretor, todas as outras características foram impressas na imagem monumentalizada de Rodrigo Melo Franco de Andrade que foi construída ao longo dos anos.

No caso do Arquivo Central do IPHAN a tarefa de identificar as orientações e responsáveis pela organização da Série Personalidades relacionada a Rodrigo Melo Franco de Andrade não foi concluída com sucesso, uma vez que os procedimentos administrativos subsumiram detalhes. De qualquer forma, como indiquei em outra ocasião (BAUER, 2013), é muito provável que parte dessa série (ainda que não toda) tenha sido influenciada pelo trabalho de pesquisa de Teresinha Marinho²⁰ para as publicações “Rodrigo e seus tempos” (1986) e “Rodrigo e o SPHAN” (1987). Talvez tenha até mesmo repercutido no acervo pessoal do titular então ainda com a família, na medida em que anotações nas bordas dos documentos mencionam doações (provavelmente de cópias) a D. Graciema.

A título de breve esclarecimento, o livro “Rodrigo e seus tempos” é uma coletânea de artigos redigidos por Rodrigo²¹ sobre diferentes temas. Teresinha Marinho foi responsável pela pesquisa, seleção, organização, notas e edição de texto, conforme os créditos da publicação. Uma nota explicativa no livro informa que a pesquisa durou dois anos e foi realizada no arquivo da instituição, bem como na seção de periódicos da Biblioteca Nacional, na biblioteca da Faculdade de Letras (não especificada), em coleções particulares e junto à família de Rodrigo. Pretendia-se, com isso, “mostrar a versatilidade, agudeza, honestidade e sensibilidade do espírito de Rodrigo” (SPHAN/ FNpM, 1986, p. 15). Interessante notar que segundo o coordenador do Núcleo de Editoração na época, ainda que houvesse contato constante com a família, não houve pesquisa em acervo particular porque Rodrigo era “um homem de gabinete” (BAUER, 2015, p. 169). Para além de verificação de datas e fatos,

²⁰ Teresinha Marinho, repetidamente citada, formou-se em Educação Física e em Letras, no estado de Pernambuco. Especializou-se em língua portuguesa e crítica textual. Participou da elaboração do Dicionário Aurélio e da Enciclopédia Mirador Internacional e entrou na SPHAN/FNpM em 1982 (THOMPSON, 2010, p. 304).

²¹ Com exceção de uma reportagem do Diário Carioca sobre os 30 anos da Semana de Arte Moderna, publicada em 11 de maio de 1952. O texto não é de autoria de Rodrigo mas reproduz longos trechos de suas declarações (SPHAN/ FNpM, 1986, p. 237-239).

irrelevante nesse contexto, a definição de Rodrigo como um “homem de gabinete” reforça a percepção da preponderância da vida pública sobre a esfera privada. “Rodrigo e o SPHAN”, por sua vez, tem como objetivo central apresentar uma coletânea de textos diretamente ligados a sua atuação como diretor do órgão e busca completar a imagem de um homem “arguto e sensível”, mostrada em “Rodrigo e seus tempos”, com a atuação do chefe de uma reduzida equipe atuante em todo o país (SPHAN/ FNpM, 1987, p. 19).

Finalmente, gostaria de valer-me da relação entre os dois arquivos a partir de uma situação específica que explorei na pesquisa sobre Rodrigo. Parto da consideração de que “O arquivo constitui a verdade que guarda e revela, assim como aquela que omite e silencia” (HEYMANN, 2012, p. 23). Foi um grande desafio localizar documentos que viabilizassem alguma “fissura” no homem-monumento Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mais que isso, encontrar indícios do processo de escolha de Rodrigo para a função de diretor do IPHAN demandou um esforço considerável, uma vez que tal escolha foi progressivamente naturalizada ao longo do tempo. Parti de uma declaração de Lucio Costa que menciona a reação dos “donos da área” à nomeação de Rodrigo para a direção da instituição criada em 1936, tentando identificar a quais “donos” e a qual “área” referia-se o arquiteto:

E o Rodrigo, logo que foi nomeado diretor, foi muito criticado pela..., por aqueles que eram donos da área. Então, eles chamaram: “ele não vale”. Lima, aquele Lima não sei quê... Todos achando que o Rodrigo não tinha qualificações para isso, porque nunca tinha se envolvido profundamente com arquitetura, com patrimônio, conservação. E ficou um clima de hostilidade, de prevenção.²²

Por meio dessa declaração, busquei outros documentos que auxiliassem na recuperação de informações sobre o breve intervalo de tempo em que a escolha de Rodrigo para a direção do IPHAN ainda não era um dado evidente, tampouco esperado. Identifiquei os simpatizantes do Movimento Neocolonial e do Modernismo como protagonistas contemporâneos na disputa por um campo ainda em formação²³, sendo que poucos dos

²² “E o Rodrigo, logo que foi nomeado diretor, foi muito criticado pela..., por aqueles que eram donos da área. Então, eles chamaram: ‘ele não vale’. Lima, aquele Lima não sei quê... Todos achando que o Rodrigo não tinha qualificações para isso, porque nunca tinha se envolvido profundamente com arquitetura, com patrimônio, conservação. E ficou um clima de hostilidade, de prevenção. **Entrevista de Lucio Costa para Teresinha Marinho e Pedro Alcântara**, realizada em 18 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²³ Valho-me do trabalho de Bernardo Lewgoy que, a partir de Pierre Bourdieu, define o campo do patrimônio como “um sistema de relações objetivas entre os agentes sociais encarregados das tarefas práticas e simbólicas ligadas ao tombamento e preservação de bens culturais (ou patrimoniais), espécie de elite ilustrada que intenta

“antigos donos da área” foram incorporados à instituição. São escassas as informações sobre a escolha de Rodrigo para o cargo de direção. Antes de avançar para o início de sua gestão, investiguei possíveis repercussões ante sua escolha, isolando e destacando o momento em que sua nomeação ainda era uma possibilidade ou, como afirmou Prudente de Moraes Neto, “quando a escolha de Rodrigo ainda estava por se precipitar” (DANTAS, 1969, p. 91). É indiscutível que uma disputa ocorreu e que poucos dos antigos “donos da área”, ligados ao Movimento Neocolonial, foram incorporados à nova instituição, a despeito de seus esforços anteriores. O Modernismo é, sem sombra de dúvidas, o grande protagonista da narrativa do IPHAN sobre sua fundação.²⁴

Entre os supostos “donos da área” é possível citar José Mariano Filho, mencionado em depoimento do arquiteto José de Souza Reis²⁵ protagonizando a narrativa de um encontro de Rodrigo e Mariano numa loja de antiguidades, comentou:

Lembro-me de uma conversa dos dois, na sobreloja dessa lojinha. Mariano chegou – Mariano, naturalmente, já vivia um pouco ressentido porque não foi o escolhido para dirigir o órgão, sendo a figura mais conhecida nessa área -, e estavam trocando idéias e a conversa [foi ficando] assim um [tanto] amarga. Mais tarde as relações [entre ambos] tornaram-se bem tensas, porque o João Camilo de Oliveira Neto, que era um dos nossos intelectuais frequentadores, fez umas conferências sobre arte antiga, Aleijadinho, etc.²⁶

congregar as qualidades e atribuições da *Ciência*, da *Moral* e da *Arte*, segmento relativamente autônomo no interior do corpo de Estado e lugar onde se constituem trajetórias, carreiras e identidades profissionais específicas” (LEWGOY, 1992, p. 71-72). Ver também o artigo de Zita Possamai (2000). Levando em consideração a definição de Lewgoy, “campo do patrimônio” é aqui utilizado como instrumento conceitual para o período posterior a 1936, data de criação do IPHAN, quando se instaura um segmento relativamente autônomo no interior do Estado designado como Serviço vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, constituído por agentes autorizados a propor e efetivar tombamentos de bens móveis e imóveis por meio de legislação específica e cuja autoridade foi produzida, formalizada e constantemente reconhecida por meio de publicações oficiais, a exemplo da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²⁴ O uso desse movimento cultural como parte decisiva da explicação construída sobre a criação do IPHAN lança mão do que se poderia chamar de carga semântica ‘implícita’ ao Modernismo. Em certos momentos, a historiografia do Patrimônio parece sofrer do que Luís Augusto Fisher denominou, referindo-se não especificamente a esse tema, de “modernistolatria” ou, ainda, “modernismocentrismo”, uma perspectiva na qual “o modernismo passou a ser a régua de medição de tudo” (FISHER, 2013). No mesmo sentido, afirma Ruth Levy: “Apesar de (...) existir interesse pelo patrimônio por parte da geração de arquitetos cariocas dos anos 20, o que ficou consignado na historiografia oficial é que foi com a geração de modernistas que a busca pelas raízes se deu” (LEVY, 2010, p. 114).

²⁵ José de Souza Reis (1909-1986) graduou-se como engenheiro-arquiteto em 1929 pela ENBA. Em 1938, foi contratado para trabalhar no IPHAN e, entre 1946 e 1963, foi Chefe da Seção de Projetos da Divisão de Conservação e Restauração, ocupando, posteriormente, a direção da Divisão. Entre 1975 e 1980, foi assessor geral do IPHAN e, a partir de 1980, da FNPM. Também projetou edifícios para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), entre diversas outras atividades no Brasil e exterior (THOMPSON, 2010, p. 220).

²⁶ **Entrevista de José de Souza Reis para Teresinha Marinho**, realizada em 7 dez. 1982. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

José Mariano Filho já havia se manifestado contrário ao anteprojeto elaborado por Mário de Andrade e dois documentos do acervo pessoal de Rodrigo foram centrais para dar o tom das resistências e protestos dos até então “donos da área” do patrimônio antes da criação do IPHAN. Em 1936, Mariano Filho escreveu a Rodrigo e a Capanema criticando a estrutura proposta pelo literato por considerá-la muito complicada. Afirmou então:

Não tenho nenhum prazer, Rodrigo, que vocês errem. Meu interesse espiritual na questão é muito sério. Eu não posso ser afastado de uma questão que só foi ventilada devido ao meu esforço pessoal, contínuo e obstinado.

(...)

Creia na sinceridade com que lhe falo. O projeto de Mário de Andrade é perigosamente complicado e dispendioso. Não vá você supor que eu seja inimigo de Mário de Andrade.²⁷

Em 1941, o tom cordial de Mariano foi radicalmente modificado. Convido à leitura de uma missiva que expressa essa mudança:

Rodrigo

Por cinco fontes diferentes fui avisado de que v. havia deliberado – com a ajuda da guarda de ferro que constitue o corpo de conselheiros do SPHAN as delicias de zelador remunerado do patrimônio de arte da nação – assumpto pelo qual v jamais devotara a mais leve e ingenua curiosidade. Sob o pseudônimo de Nair, apparece v. convenientemente resguardado pelos [ilegível] de uma senhora a me endereçar picuinhas covardes. Dentro do proprio Serviço sabe se abertamente que v [ilegível], corrige, apara e remenda os artigos de seus collaboradores.

Quero que fique certo de que estou disposto a enfrentar sosinho o seu despeito, embaçado [ilegível] dissimulado, venha de onde ele vier. Ate agora, só generosas razões sentimentais me fizeram adiar o dever de demonstrar ao publico os efeitos calamitosos de sua desastrada gestão. Vaidoso e incompetente, obrigado por ignorância a servir de instrumento ao ódio de comunistas infiltrados no serviço do patrimônio a [ilegível] sacrificado o programma pelo qual me bati durante vinte annos. Aceito portanto a luva, mas eu não sei lutar de emboscada quero vel-o de viseira erguida diante de mim, e não escondido debaixo das saias de suas auxiliares obrigadas a servir de instrumento ao seu despeito [onipotente]. Tenho sobre v. a superioridade de não ter tido jamais interesse material pela causa que defendo, enquanto v. é apenas um profiteur do trabalho alheio.²⁸

²⁷ **Carta de José Mariano Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 31 maio 1936. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

²⁸ **Carta de José Mariano Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** Ago. 1941. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

É importante notar que Mariano enfatiza sua experiência na área e desqualifica Rodrigo ao afirmar que ele jamais havia demonstrado sequer curiosidade pelo assunto, ao contrário dele, que manteria relação com o tema há vinte anos. Mais do que isso, ataca pessoalmente o Diretor, chamando-o de vaidoso, covarde, interesseiro e incompetente. Não bastasse isso, em pleno Estado Novo, menciona comunistas infiltrados no IPHAN, muito provavelmente referindo-se a Carlos Drummond de Andrade ou, mesmo, Oscar Niemeyer. Cinco anos haviam se passado desde a criação da instituição e José Mariano Filho seguia disputando o domínio *da área*. Anos antes, em 1936, havia escrito sua opinião sobre a criação do IPHAN, alegando que desejaria conversar com Capanema “sobre certos aspectos dessa questão que me interessa desde 1921”.²⁹ Em 1939, escreveu novamente ao Ministro criticando a construção de um hotel “de cimento armado” em Ouro Preto:

Estou cumprindo o dever – condizente com a minha atitude – de protestar contra esse atentado. Se o Serviço do Patrimônio que está infelizmente sofrendo a influencia de um elemento pernicioso perfiar na malsinada ideia, não terá de então por diante força moral para [ilegível] em defesa do patrimônio da nação. Será o fracasso da ideia pela qual me bato desassombradamente durante vinte anos.³⁰

Sem dúvida, José Mariano Filho estava muito inconformado com a inexpressividade de seus vinte anos de experiência aos olhos do Ministro Capanema, preteridos em favor Rodrigo, novato na seara da preservação patrimonial.

Gostaria de retomar aqui a ideia de omissão e silêncio perpetrada pelos arquivos em suas mais diferentes formas. Se a primeira carta de Mariano Filho é dirigida antes da criação efetiva do Serviço, sua rancorosa missiva de 1941 foi enviada a Rodrigo em pleno funcionamento da instituição. Essa carta, entretanto, por meandros que muito provavelmente nunca saberemos, foi agregada ao acervo pessoal do titular e teve Rodrigo como o provável operador desse arquivamento particular. Foi somente 62 anos depois que as queixas de Mariano chegaram ao acesso público por meio da doação da família.

Sem pretensão de esgotar as reflexões, propus revisitar os arquivos que pesquisei a partir de um olhar interessado nos percursos trilhados para constituição dos acervos. No caso de um homem público como Rodrigo Melo Franco de Andrade, esses percursos cruzaram-se

²⁹ **Carta de José Mariano Filho para Gustavo Capanema.** Maio 1936. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas/ GCg1936.03.24/2.

³⁰ **Carta de José Mariano Filho para Gustavo Capanema.** Maio 1939. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas/ GCg1936.03.24/2.



em diversas ocasiões e por meio de diferentes agentes. Esses acervos, mão-dupla entre o público e o privado, entre o pessoal e institucional, permanecem como desafio para futuros trabalhos.

REFERENCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond. De Mestre Rodrigo – Seus bilhetes. **Jornal desconhecido**, 18 ago. 1973, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

BAUER, Leticia Brandt. **O homem e o monumento:** criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Porto Alegre, 2015. 273 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. Arquivo Graciema: anotações sobre o acervo relativo a Rodrigo Melo Franco de Andrade no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social**, 2013.

DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

FISHER, Luís Augusto. Reféns da modernistolatria. **Piauí**, n. 80, maio 2013. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-80/questoes-de-literatura-cultura/refens-da-modernistolatria>. Acesso: 4 jun. 2013.

GARCIA, Maria Madalena Moura Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, v. 21, Rio de Janeiro, p. 175-187. 1998.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, n. 21, Rio de Janeiro, p. 121-127. 1998.

_____. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos históricos**, v. 6, n. 11, 1996.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa/ FAPERJ, 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In : ROMANO, Ruggiero (Coord.). **Enciclopédia Einaudi**. Volume 1 – História – Memória. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LEVY, Ruth. **A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: EBA/ UFRJ, 2010.



LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio**: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS. Porto Alegre, 1992. 329 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PESSÔA, José (Org.). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13-35, 2000.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

_____. **Depoimento de Judith Martins**. Rio de Janeiro: SPHAN/ FNPM, 1987.

SILVA-NIGRA, Clemente. **Depoimento de D. Clemente da Silva-Nigra**. Rio de Janeiro: IBPC/ Departamento de Promoção, 1991.

THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.